

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DIFERENÇA: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO E SUAS PRÁTICAS DE GOVERNO

THE INSTITUTIONALIZATION OF DIFFERENCE: REFLECTIONS ON INCLUSIVE POLICIES IN EDUCATION AND GOVERNANCE PRACTICES

Sandra Cristina Morais de Souza

profsandrapsico@hotmail.com

Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

Professora da Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Centro de Educação – CE

Mary Rangel

mary.rangel@lasalle.org.br

Pós-Doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Professora Titula de Didática da Universidade Federal Fluminense e Titular da Área de Ensino-Aprendizagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

RESUMO

Neste texto, centramos nossa reflexão na emergência do termo inclusão, buscando entendê-lo como um processo social, econômico, histórico e cultural produzido pela modernidade. Ao abordar o termo inclusão é necessário articula-lo a outro termo que ganhou espaço e destaque - diferença. Na tentativa de discutir sobre esses termos, procuramos, neste breve ensaio, envolver alguns aspectos sobre as tentativas de institucionalizar a diferença e suas práticas de governo na sociedade moderna. Para tratar os conceitos em questão, faço uma conexão teórica com Michel Foucault, por considerá-lo como uma das referências principais, pois, através de suas reflexões sobre a sociedade moderna e suas instituições, abriu-se a possibilidade de um olhar crítico sobre os sujeitos construídos por tais instituições e sociedade. As noções de biopolítica e normalização nos ajudam a trazer tais questionamentos sobre a construção do sujeito social. Em síntese, o caminho para os estudos sobre o tema em questão pressupõe um aprofundamento nos meandros que regulam as políticas inclusivas na educação e as práticas de governo que vêm engendrando discursivamente esses saberes e fazeres.

Palavras-chave: Inclusão. Biopolítica. Normalização. Governo.

ABSTRACT

In this paper, we will focus our reflection on the emergence of the term inclusion, seeking to understand it as a social, economic, historical and cultural process, produced by modernity. When discussing the term inclusion it is necessary to articulate it to another term that has made inroads and been highlighted: the concept of difference. In an attempt to discuss these, we try in this short essay to involve some aspects of the attempts of institutionalization of difference and their government practices in modern society. To address the concepts in question, we seek a theoretical connection with

Michel Foucault, taking it as one of the main references, through his reflections on modern society and its institutions for they opened up the possibility of a critical look at the subject constructed by such institutions and society. The biopolitical notions and standards help us to bring such questions about the construction of the social subject. In short, the path of studies on the subject in question presupposes a deepening in the intricacies governing inclusive policies in education and government practices that have been discursively engendering such knowledge and practices.

Keywords: Inclusion. Biopolitics. Normalization. Government.

INTRODUÇÃO

Abordar a institucionalização da diferença nos leva a refletir sobre as políticas inclusivas e suas práticas de governmento. Com base nesse questionamento, apontamos a necessidade de examinar os discursos inclusivos e os dispositivos biopolíticos de controle que estão invisíveis na população.

Ao propor uma aproximação entre os estudos foucaultianos e a inclusão educacional, acreditamos que essa discussão poderá trazer para a educação grandes contribuições. Cabe, então, o seguinte questionamento: Como podemos tomar emprestados os conceitos de Foucault para explicar os sentidos atribuídos ao processo inclusivo no espaço educacional?

Esse empréstimo é decorrente das reflexões de Foucault sobre a sociedade moderna e suas instituições, o que possibilita um olhar crítico sobre os sujeitos construídos por tais instituições e sociedade. É relevante dizer que Foucault, em seus escritos, não fala da inclusão explicitamente, mas denuncia o caráter excludente das diversas instituições sociais, por exemplo, o hospício, a escola e a família.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DIFERENÇA

É preciso conhecer a diferença, e nada mais apropriado que colocá-la perto, incluí-la, para que possa ser administrada e governada. Nesse sentido, a diferença é representada como algo negativo, algo que está na ordem do discurso.

A diferença foi, durante por muito tempo, encarada como algo depreciativo, incômodo, indesejável. Assim, é algo que não se reconhece, que está fora das representações e dos padrões estáveis. Talvez seja o exercício de se reconhecer sempre que causa tanto receio em relação ao diferente e provoca uma instabilidade, que motiva mudanças e transformações e rompe com os padrões estabelecidos pela razão.

Marinho (2012), em seu trabalho intitulado *A Filosofia da Diferença de Gilles Deleuze na Filosofia da Educação no Brasil*, mais precisamente no Capítulo 3 de seu Relatório de Pós-Doutoramento, faz uma breve exposição sobre o texto *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença – uma introdução*, de Michel Peters, apresentando uma breve incursão sobre o pensamento de Deleuze e a filosofia da diferença.

Em um segundo momento na incursão do capítulo, a autora apresenta a caracterização do conceito de diferença no pensamento deleuzeano. Para isso, o material utilizado foi *Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade*, de Regina Schöpke, em que é apresentada a historiografia da categoria 'diferença' no pensamento pós-moderno. A autora faz um verdadeiro

percurso sobre a noção de diferença em vários filósofos, enfatizando a influência de Nietzsche na noção de diferença em Deleuze.

No livro *Diferença e repetição*, Deleuze apresenta a crítica feita pela Filosofia da Diferença à Filosofia da Representação e nomeia o conceito da diferença como central, por ser afirmativo e criativo, no lugar do conceito da contradição, que é negativo e conservador (MARINHO, 2012). Deleuze (2000) entende que a diferença não deve ser representada como algo negativo, um *monstro*, que precise de transformação. Por isso, ele propôs uma filosofia que não trata da identidade, mas da diferença.

E não é certo que seja apenas o sono da Razão a engendrar monstros. Também a vigília, a insônia do pensamento, os engendra, pois o pensamento é esse momento em que a determinação se faz una à força de manter uma relação unilateral e precisa com o indeterminado. O pensamento “faz” a diferença, mas a diferença é o monstro [...] Arrancar a diferença de seu estado de maldição parece ser, pois, a tarefa da filosofia da diferença. (DELEUZE, 2000, p. 82-83).

Ao propor que a diferença seja arrancada do seu estudo de maldição, Deleuze encena, talvez, uma das maiores operações do pensamento filosófico moderno, deslocando a diferença da submissão imposta pela identidade e pela razão. A identidade seria a marca da representação, algo determinado, estático e lógico. O sentido atribuído a ela consiste em reconhecê-la como a responsável por colocar em ordem o caos, porquanto ela opera na ordem da razão, por isso despreza a diferença e deixa-a submissa. Pensar na diferença é uma forma de se contrapor a essa lógica e de contemplar o indeterminado, em que todas as coisas podem se apresentar misturadas, sem identidade, um convite a rupturas.

Romper com o instituído se configura como uma ação inapropriada, que deve ser evitada e abolida. Essas rupturas abrem espaço para o caráter subversivo e anárquico da diferença e quebra os padrões de identidade e de semelhança impostos pelo olhar da razão. Nesse sentido, entendemos que a diferença não cabe nela mesma, pois está além de ser um mero objeto de representação, se apresenta por meio do pensamento, das relações e dos acontecimentos e encontra-se em constante transformação.

Quando a diferença é associada a pensamentos, a relações e a acontecimentos, traz um contexto espaço-temporal, porque, em cada sociedade, em cada momento, a diferença é construída e reconstruída. Podemos encontrar essa visão em Bauman (1998), ao afirmar:

Todas as sociedades produzem *estranhos*. Mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os produz de sua própria maneira, inimitável. Se os estranhos são as pessoas que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo – num desses mapas, em dois ou em três; se eles, portanto, por sua simples presença, deixam turvo o que deve ser transparente, confusão o que deve ser uma coerente receita para a ação, e impedem a satisfação de ser totalmente satisfatória; se eles poluem a alegria com a angústia, ao mesmo tempo em que fazem atraente o fruto proibido; se, em outras palavras, eles obscurecem e tornam tênues as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas; se tendo feito tudo isso, geram a incerteza, que por sua vez dá origem ao mal-estar de se sentir perdido – então cada sociedade produz esses estranhos. (BAUMAN, 1998, p. 27 - *grifo nosso*).

As colocações de Bauman deixam transparecer que a sociedade contemporânea é responsável pela criação de seus **estranhos**. Ela buscou identificar o diferente, talvez tenha sido essa a grande batalha travada no final do Século

XX. É cabível afirmar que a modernidade tentou abranger a todos, ou, melhor dizendo, capturar, demarcar e enquadrar a todos. Essa tentativa de demarcar visa apontar, diferenciar e identificar o outro. A identificação serve para nomear e categorizar o diferente e verificar qual é o passível da normalidade ou não. Seguindo essa linha de pensamento, Lopes afirma:

Assim como a diferença pode ser exaltada e desejada em situações pontuais, ela também pode ser indesejada e apontada como uma condição vivida somente por alguns nominados e identificados como problemas, como exóticos, anormais, etc. (LOPES, 2007, p. 12).

Então, a depender da circunstância, a diferença ganha inúmeros significados, cada um de acordo com as relações de poder presentes na situação, razão por que é preciso nomeá-la e categorizá-la, pois, só assim, podemos incluí-la numa perspectiva do aceitável. Esses significados representam as várias formas de olhar as diferenças que se manifestam na sociedade. Ao investigarmos esses olhares, compreendemos que elas são produzidas e nomeadas por nós e são frutos de nossa cultura, emaranhadas em uma ampla rede de poder e de discursos que constituem o nosso modo de olhar, escrever, avaliar e agir.

De acordo com Skliar (2003), nosso olhar é regulado e controlado, por isso define para onde devemos dirigi-lo, como devemos olhar e estabelece quem somos nós e quem são os outros. Finalmente, acaba por sentenciar a nossa condição de ver o outro. Nesse sentido, a educação inclusiva representa uma nova forma de se ver (quem somos nós), de ver os outros (os alunos) e de ver a educação (a sociedade).

Esses discursos fazem parte trama em que as relações de poder atuam a partir de verdadeiros dispositivos disciplinares. Para Foucault o poder não está nas instituições, nem tampouco em contratos jurídicos ou políticos. O poder está nas relações.

[...] numa sociedade como a nossa - mas, afinal de contas, em qualquer sociedade - múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder sem certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. (FOUCAULT, 2005, p. 29).

De acordo com a análise de Foucault, o poder se apresenta na sociedade de acordo com seus movimentos, a partir da circulação dos discursos de verdade produzidos e instituídos pelo corpo social. Os discursos que ambientam as tramas das políticas inclusivas na educação estão carregados de verdades e desenhados por todo o tecido social.

Nesse sentido, podemos pensar na escola como um corpo social privilegiado, onde o projeto educacional da modernidade foi construído. Nessa construção, a escola ganhou um *lôcus* na consecução dos ideais iluministas, especialmente na formação do sujeito autônomo e livre. Essa centralização fez da escola um local apropriado para a construção de dispositivos disciplinares. Então, caberia a ela a missão de disciplinar os corpos e as mentes e de ser responsável por formar um novo homem. Assim, é compreensível que a escola, além de governar as condutas humanas, ficou encarregada de transmitir e generalizar essas condutas. A isso, Foucault (2011) atribuiu o conceito de disciplina.

O momento histórico das *disciplinas* é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação

de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. (FOUCAULT, 2011, p. 133- *grifo nosso*).

Os dispositivos, sejam eles disciplinares ou de segurança, atuam em conjunto. Enquanto os dispositivos disciplinares se apropriam dos corpos, manipulando seus gestos e comportamentos, operando a partir de técnicas que buscam dominar o corpo, transformando-os em corpos dóceis, os dispositivos de segurança agem no controle da população, dando movimento e circulação às pessoas, entretanto mantendo sobre elas uma constante vigilância e estabelecendo limites e controles (FOUCAULT, 2008). Nesse sentido, podemos pensar na escola como um local onde os dispositivos disciplinares e de segurança se fazem presentes e a conduta é regulamentada e controlada. Uma demonstração disso é a própria organização no ambiente escolar - a distribuição dos indivíduos no espaço, o horário e as hierarquias – que levam à prescrição de comportamentos. Foucault descreve assim esses procedimentos:

A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão, em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito. (FOUCAULT, 2011, p. 136).

Nessa direção, buscamos argumentos que possam aprofundar a discussão sobre a inclusão escolar, melhor dizendo, a escola inclusiva, analisando as premissas que a instituíram como um local onde os corpos devem ser homogeneizados. A escola inclusiva requer de todos os sujeitos que eles façam parte do espaço escolar. Essa inclusão busca possibilitar a inserção do diferente no ambiente escolar, um verdadeiro convite a ações igualitárias e homogêneas. Há, nesse sentido, uma conexão de adversatividade, pois os enunciados e as narrativas proclamam uma inclusão, pensada e criada para atender a todos. Entretanto, esses mesmos enunciados são contraditórios, porquanto a inclusão exige a demarcação da diferença e orienta, regulamenta e autoriza quem pode ou não ser incluído.

A escola inclusiva é também uma forma de vigilância, pois incluir também significa uma forma de vigiar. Para Foucault (2011, p. 169) “a vigilância se torna um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar”.

Ao incluirmos os alunos, trazendo-os para mais perto, onde *a vista os alcança!*, também barateamos custos para o Estado, uma vez que esses alunos que frequentam a escola, além de estarem *incluídos* no sistema educacional, receberão noções de higiene, alimentação saudável, prevenção de doenças, paz no trânsito, educação ambiental, só para citar alguns exemplos. Além disso, eles levarão os familiares para a escola, para que eles também sejam orientados. Dessa forma, são gerenciados, ao mesmo tempo, comunidade, famílias e indivíduos, o que resulta em economia da máquina estatal (HATTHE, 2007).

Encontramos, nesse sentido, um exemplo do jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra. Não podemos esquecer que a inclusão também pode ser entendida como uma demarcação da diferença, que serve como dispositivo para identificar, capturar e nomear o diferente, uma diferença que pode ser exaltada ou apagada, a depender do valor que lhe é atribuído.

Assim, como a diferença pode ser exaltada e desejada em situações pontuais, ela também pode ser indesejada e apontada como uma condição vivida somente por alguns nominados e identificados como problemas, como exóticos, anormais, etc. (LOPES, 2007, p. 12)

Isso significa dizer que os espaços e os lugares são determinados pela sociedade e estabelecem as posições a serem ocupadas pelos sujeitos. Esse posicionamento dependerá da inserção de cada sujeito no mapa social e faz com que ele possa ser incluído ou excluído, a depender do contexto. Nessa linha de pensamento, podemos entender uma posição binária, pois, ora os sujeitos são excluídos do sistema, ora são incluídos por ele. Há, nesse sentido, um poder disciplinar que enquadra, ordena e manipula os sujeitos, um verdadeiro mecanismo de controle que precisa aproximar e reconhecer o outro para dominá-lo.

Assim, estaríamos em constante governo, em relação a nós mesmos e aos outros de maneira articulada.

Ao passo que o poder é entendido como uma ação sobre ações possíveis – uma ação sempre escorada em saberes –, o governo manifesta-se quase como um resultado dessa ação; na medida em que alguém coloca em funcionamento o poder sobre outrem, esse alguém pode governar esse outrem. Pode-se dizer então que, de certa maneira, o governo é uma manifestação *visível, material, do poder*. (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 952-953 - *grifo nosso*).

O sentido atribuído à palavra governo diz respeito ao modo de dirigir a conduta dos indivíduos. Caberia, nesse momento, a seguinte pergunta: Qual a relação entre governo e inclusão?

O imperativo da inclusão representa uma estratégia que movimenta a sociedade em prol de inserir todos na escola. Para tanto, os discursos inclusivos mobilizam os veículos de comunicação para alargar o acesso de todos à escola. Precisamos entender que as tramas que envolveram a escola moderna foram alicerçadas no ideal de universalização do ensino.

Há, nesse sentido, uma necessidade emergente de capturar todos os que estejam fora do ambiente escolar, sejam eles deficientes ou não. Trata-se de governar os outros e a si, em relação ao ingresso no sistema de ensino, tornando inquestionável a possibilidade de se manter afastado do sistema. Para tanto, é preciso mobilizar toda a sociedade em relação à educação.

Ao trazer à tona alguns questionamentos a respeito das técnicas de governo presentes na perspectiva inclusiva, estamos desestabilizando os alicerces da escola moderna. Nosso objetivo é de problematizar a inclusão, que pode ser entendida como salvação para muitos, porquanto denota uma visão simplista em relação a uma problemática que vai além do acesso e da integração do diferente nos espaços sociais, nesse caso, a escola. Mas é preciso compreender a inclusão como uma estratégia que apresenta um conjunto de táticas/técnicas disciplinares que, ao operar nos indivíduos, visam apagar as diferenças. Para isso, utiliza o discurso da diversidade e da igualdade. Entendemos, pois, que a inclusão possibilita o governo de todos e de cada um. Nessa perspectiva, o governo representa o ato ou ação que age sobre nossas vidas e a dos outros uma possibilidade de controle que envolve toda a população.

Exemplo disso são os discursos e as campanhas que envolvem a pró-inclusão, que buscam homogeneizar a diferença e, ao mesmo tempo, tentam individualizá-la.

Nesse sentido, todos precisam estar na escola, inseridos em uma governamentalidade neoliberal que introduz na sociedade práticas discursivas que assumem o caráter de verdade. Essas práticas são responsáveis pela mobilização de grupos sociais que buscam o acesso e a ampliação da escola. Uma demonstração disso são as políticas inclusivas gestadas na Conferência Mundial de Educação para Todos. Se analisarmos o documento constituído a partir da Conferência, iremos encontrar um série de compromissos firmados pelas nações que participaram dela, no sentido de universalizar a educação.

Destacamos, em especial, o Artigo 3 da declaração – Universalizar o acesso à educação e promover a equidade, ao defender:

A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades. 2. Para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem. A prioridade mais urgente é melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo. Os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação. 4. Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos - os pobres: os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas: os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação - não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais. 5. *As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.* (UNESCO, 1990, p. 04 – grifo nosso).

Outro documento que expressa esse mesmo sentido, com foco no ajustamento de práticas educativas, foi a Declaração de Salamanca em 1994, que contempla os princípios e práticas vinculadas às necessidades educativas especiais. Destacamos o item nº 2:

Acreditamos e proclamamos que [...] aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO, 1994, p. 01 – grifo nosso).

É possível perceber a relação existente entre os movimentos reivindicatórios e os interesses do Estado e da sociedade civil. Significa dizer que os saberes e os poderes que circulam em nossa sociedade são constituídos pelas realidades que vivenciamos, ou seja, a forma como nossas subjetividades, ideais e práticas são incorporadas e os sentidos são construídos. Segundo Foucault (2005), houve um deslocamento na forma de governar, o que, antes, era atribuído ao território passa a ser atribuído à população, que se torna objeto de condução. Há uma redefinição dos limites e da participação dessa população e a necessidade de pertencer a determinado grupo social.

Para tanto, perceber a quantidade de leis que definem e sustentam a sociedade é um mecanismo que captura e determina comportamentos, utilizando práticas coercitivas para garantir a segurança e o controle da população. A ideia de *escola inclusiva* serve satisfatoriamente a esse propósito, já que oferece um projeto que propõe a captura de sujeitos para o espaço escolar. Dessa forma, o sujeito adentra um universo impregnado de regras e prescrições já estabelecidas pelos dispositivos disciplinares, como leis, regulamentos e programas.

Assim, entendemos a inclusão como

[...] uma programação de demanda externa e interna a ser desenvolvida pela escola junto aos diferentes sujeitos, produzindo efeitos, cristalizando significados, informando comportamentos e servindo de referência para a percepção e apreciação das coisas, pessoas, ações; inclusão que passa por simplificações, recortes, acréscimos, escapando do previsto, com toda a ambiguidade que esse escape possa gerar. (ROSS, 2009, p. 21).

Diante desse contexto, precisamos entender a polissemia da palavra inclusão, pois é um processo multifacetado de diferentes dimensões e significados. Ao retratar o processo inclusivo, estamos, implicitamente, reproduzindo um processo de exclusão. Assim, ao defender a inclusão como alternativa para as desigualdades no ambiente escolar, precisamos nos orientar a respeito das políticas de enfrentamento da diferença, entendendo os efeitos perversos da conversão da exclusão em inclusão.

De acordo com Veiga-Neto e Lopes (2007), desse modo, ao invés de promover aquilo que afirmam querer promover – uma educação para todos – tais políticas podem estar contribuindo para uma inclusão excludente. Em sintonia com o pensamento de Veiga-Neto, Lopes e Foucault, somos convidados a examinar o conceito de inclusão. Não podemos glorificá-lo, tampouco rejeitá-lo, porquanto precisamos analisar atentamente todos os elementos que constituem o processo inclusivo, especialmente as articulações, as estratégias e as relações de poder impregnadas nas práticas subjacentes a esse conceito.

Nesse sentido, a inclusão pode ser compreendida como uma técnica de dominação, que visa normalizar as pessoas como sujeitos, encorajando-as à sensação de pertencimento e, ao mesmo tempo, individualizando-as e moldando-as. Para isso, recorre à institucionalização do diferente. Importa ressaltar que, embora o poder esteja, muitas vezes, atrelado às técnicas de dominação, há outra dimensão do poder - seu caráter produtivo, positivo, criativo e transformador.

Ao falar em normalização, sentimos a necessidade de refletir sobre o conceito de normalidade, o qual desfruta de amplo destaque no campo da saúde e da educação. Para aprofundar nosso estudo, iniciaremos nossas indagações sobre a noção de norma. Para isso, recorreremos a Michel Foucault, para que possamos nos apropriar de alguns termos que são essenciais para nossa compreensão.

Segundo Foucault,

[...] o que circula entre o disciplinar e o regulamentador e o que vai se aplicar da mesma forma ao corpo e à população e que permite simultaneamente controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a “norma”. A norma é que pode tanto se aplicar a um corpo quanto a uma população que se quer regulamentar. (FOUCAULT, 2005, p. 302).

Assim, a norma seria um instrumento de medida, que utiliza a comparação para instituir uma referência que servirá de base para regulamentar o corpo (dispositivo disciplinar) ou a população (dispositivo de segurança ou normalização). Essa referência visa estabelecer critérios que favoreçam as ações que podem homogeneizar as pessoas, incluindo-as nos espaços sociais ou em ações que busquem destacar as diferenças entre elas, a partir de referenciais instituídos socialmente.

É importante frisar que um dispositivo não anula o outro, ao contrário, eles coexistem, sem excluir um ou outro, em um constante embate de forças, pois ambos são necessários às práticas de governmentação. Assim, “a sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação” (FOUCAULT, 2005, p. 302).

BIOPOLÍTICA E INCLUSÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Foucault, no curso *Em defesa da sociedade*, ministrado no Collège de France, no ano de 1976, precisamente na aula de 17 de março de 1976, traz explicações importantes acerca do conceito de biopolítica. Para ele, no final do Século XVIII, surgiu uma nova forma técnica de poder não disciplinar que não se dirige mais exclusivamente ao corpo, mas à vida dos homens, ao homem como ser vivo, às populações. Portanto, a noção de biopolítica representa o domínio do homem, um domínio que vai além do poder disciplinar, mas o poder sobre o próprio organismo vivo do homem.

[...] a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (FOUCAULT, 2005, p. 289).

Nesse sentido, a Biopolítica faz parte de um novo tipo de poder, uma nova forma de controle.

[...] trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do Século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos [os quais não retorno agora], constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica. (FOUCAULT, 2005, p. 289-290).

Há uma preocupação derivada do aumento da população, isto é, uma necessidade de controlar a população. Com isso, surgem novas técnicas de vigilância, que podem assegurar o controle e a circulação de todos. Isso significa que não basta controlar a circulação da massa, é preciso controlar as “circulações das ideias, circulação das vontades e das ordens, circulação comercial, também” (FOUCAULT, 2008, p. 20).

Isso implica em dizer que é preciso conhecer a população. Para isso, é necessário diagnosticar os indivíduos, classificando-os e rotulando-os de acordo com sua patologia. Trata-se, então, da emergência dos mecanismos de segurança, instituídos pelo Estado para controlar o território. São mecanismos

de controle social, que agem na forma de modificar o biológico, na tentativa de normalizar e controlar o diferente. Ou seja, é uma forma de conter as diferenças e de exigir um padrão de normalidade que possa garantir a segurança do território. Para tanto, é preciso conhecer o diferente, para que não fuja ao controle da sociedade.

A inclusão atende a esse princípio, agindo como um dispositivo de controle social, incluindo ou excluindo os sujeitos de acordo com critérios estabelecidos pela sociedade. Nesse sentido, podemos pensar a escola, melhor dizendo, a educação escolar como um dispositivo disciplinar e de segurança, amparada pelos mecanismos sociais. Portanto, a inclusão atende às expectativas de uma sociedade disciplinar, porquanto trabalha com foco no desenvolvimento das pessoas, para que elas sejam capazes de ser incluídas, apagando as diferenças que as distanciam do território.

Assim, um dispositivo, que tem sempre uma função técnica, pode ser definido como um

conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. [...] entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Ora, por meio do conceito de dispositivo, Foucault nos apresenta os vários modos de se articularem os elementos que se relacionam para atingir determinado fim. Nesse sentido, o dispositivo se apresenta como algo móvel e dinâmico, que visa responder a uma urgência histórica.

Os mecanismos utilizados pela Biopolítica diferem dos mecanismos disciplinares. A Biopolítica usa formas sutis de controle. Trata-se de previsões, de dados estatísticos, de medições globais. Não se trata de modificar o indivíduo, tal como indivíduo, mas de intervir nos fenômenos gerais que, de alguma maneira, possam modificar os indivíduos.

Essa nova forma de intervenção se apresenta nos seguintes mecanismos de regulação da população: baixar a mortalidade, aumentar a expectativa de vida e estimular a natalidade. São mecanismos por meio dos quais se regulam as populações e que atuam nos processos biológicos do homem, um poder político sobre a vida e a morte da espécie.

[...] do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer. (FOUCAULT, 2005, p. 294).

Esse tipo de poder é incrivelmente forte e destrutivo, porque visa à normalização da sociedade. Não significa dizer que o poder disciplinar deixou de existir, mas que foram estabelecidos dois conjuntos de poderes que ocupam esferas diferentes: um que atua na unidade, e outro, no conjunto. O poder

disciplinar utiliza os mecanismos disciplinares no corpo de cada sujeito; e o biopoder, os mecanismos de regulamentação das populações.

É preciso, pois, que haja uma norma, porquanto caberia a ela articular os dois mecanismos - os disciplinares, que atuam sobre o corpo, e os regulamentadores, que atuam sobre a população. A norma se encarrega de individualizar e recorre à comparação para tal fim. Isso quer dizer que, através das ações da norma, fazem-se comparações entre os indivíduos, avaliando cada elemento em relação ao seu conjunto. Aqueles cuja diferença não se enquadra em relação ao conjunto são considerados anormais.

A norma é saturante, ou seja, ela não admite exterior, fazendo de todos um caso seu: normal ou anormal. O anormal, portanto, está na norma, está ao abrigo da norma, ainda que seja tomado como um oposto ao normal. (VEIGA-NETO, 2011, p. 75).

Nesse sentido, a norma serve para produzir um controle, seja a nível individual e/ou grupal. Uma forma de vigilância sutil que exerce dominação na consciência ideológica da população. Portanto, a biopolítica se apresenta como uma estratégia utilizada pela sociedade, tanto de proteção, como de regulamentação da vida dos indivíduos.

Assim, podemos perceber uma operação de controle não só individual e do grupo, mas também do grupo em relação a outros grupos, o controle da espécie e o controle da população. Estamos diante de um tipo de vigilância que se amplia no campo das visibilidades, não apenas vigiando e domesticando os corpos, mas controlando o grupo que se deseja regular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar o que abordamos neste texto, trazemos um questionamento que acreditamos ser capazes de responder. É possível pensar em inclusão e diferença sem deixar de vincular um discurso de normalização?

A resposta poderia tomar diversas direções e posicionamentos, entretanto tomando como referência toda a discussão apresentada, consideramos que não é possível deixar de vincular a inclusão e a diferença a um discurso de normalização. Essa desvinculação não é possível, pois, segundo o próprio Foucault (2008), as operações de normalização consistem em fazer com que as diferentes distribuições de normalidade funcionem uma em relações às outras. Para Foucault, não podemos pensar a normalização sem relacionar as ações disciplinares e biopolíticas que agem sobre os indivíduos.

Essas ações podem ser visualizadas em diversos campos da sociedade, inclusive no ambiente escolar. A educação que, a princípio, estava destinada a uma parcela mínima de indivíduos, a partir da modernidade, foi sendo organizada para dar conta da população, que necessita ser conduzida e controlada. Aos poucos, a sociedade foi instituindo a inserção de todos na escola, até mesmo os diferentes. Esse movimento não ocorreu despretensiosamente, foi mais uma manobra da sociedade, que criou novas estratégias de controle e regulação dos sujeitos, produzindo novos mecanismos de poder sobre os indivíduos.

A proposta deste texto foi de conduzir um ponto de vista mais crítico sobre a institucionalização da diferença, relacionando as políticas públicas inclusivas e sua forma de governo. Entendemos que, devido à atual conjuntura, precisamos problematizar alguns conceitos que, ao longo do tempo, foram instituídos pela sociedade. Não se trata de adotar um viés positivo ou negativo, mas

de compreender as tramas que cercam esses processos, as intenções obscuras engendradas pela sociedade, desde a construção de discursos que são propagados como verdade, até a análise das práticas de governo que, sutilmente, conduzem à forma de agir e de pensar da população.

Enfim, podemos compreender, embora sem a pretensão de concluir tão complexa discussão, que as instituições sociais, forjadas a partir da modernidade, almejavam e almejam conduzir os indivíduos. Para isso, empregam técnicas de dominação e submissão e se expandem em todo o corpo social.

Assim, devemos reconhecer que a obra de Foucault abre muitas possibilidades para a exploração dos fenômenos sociais, e por que não dizer, educacionais, foco do nosso estudo. Por tudo isso, recorremos a Pierre Bourdieu, ao dizer que “a obra de Foucault é uma longa exploração da transgressão, da ultrapassagem do limite social, que se liga indissolúvelmente ao saber e ao poder” (BOURDIEU, 1984 apud VIEGA-NETO, 2011, p. 15).

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- COSTA, Marisa Vorraber; VEIGA-NETO, Alfredo et. al. *Estudos culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...* 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Lisboa: Relógio D'Água, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção tópicos).
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- HATTGE, Morgana Domênica. A gestão da inclusão na escola: estratégia de controle e risco social. In: LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia (Orgs.) *In/exclusão: nas tramas da escola*. Canoas: Ed. de ULBRA, 2007. p. 189-200.
- LOPES, Maura Corcini. Inclusão escolar, currículo, diferença e identidade. In: LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia (Orgs.) *In/exclusão: nas tramas da escola*. Canoas: Ed. de ULBRA, 2007, p. 11-34.
- MARINHO, Cristiane Maria. *A filosofia da diferença de Gilles Deleuze na filosofia da Educação no Brasil*. Campinas/SP, 2012. 338 f. Relatório final (Pós-doutoramento) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas/SP.
- ROSS, Ana Paula. Sobre a (in)governabilidade da diferença. IN: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica. (Orgs.) *Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p.13-32.
- SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien, 1990. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

UNESCO. *Declaração de Salamanca: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca/Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portalmec.gov.br/seesp>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 947-963, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

VEIGA-NETO, Alfredo, *Foucault & a Educação*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: COSTA, Marisa Vorraber; VEIGA-NETO, Alfredo et. al. *Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...* 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 47.